



CONSELHO DE
PREVENÇÃO DA
CORRUPÇÃO

DELIBERAÇÃO

Avaliação da gestão
de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

2009



DELIBERAÇÃO

sobre

Avaliação da gestão de riscos de corrupção e infracções conexas

1. A actividade de gestão e administração de dinheiros, valores e património públicos, seja qual for a natureza da entidade gestora – de direito público ou de direito privado, administrativa ou empresarial – deve, nos termos da Constituição da República e da lei, pautar-se por princípios de interesse geral, nomeadamente, da prossecução do interesse público, da igualdade, da proporcionalidade, da transparência, da justiça, da imparcialidade, da boa fé e da boa administração.
2. O fenómeno da corrupção constitui uma violação clara de tais princípios, devendo, por isso, todos os gestores de dinheiros, valores e património públicos, no âmbito da sua normal actividade de gestão, adoptar medidas de identificação dos riscos de corrupção e infracções conexas, bem como prever e aplicar providências que impeçam a sua ocorrência, à semelhança do que já acontece noutros Estados e em Organizações internacionais.
3. Para os efeitos da presente deliberação, considera-se *risco* o facto, acontecimento, situação ou circunstância susceptível de gerar corrupção ou uma infracção conexas. Os riscos poderão ser identificados e classificados quanto à *probabilidade da sua ocorrência* e quanto à *gravidade da suas consequências*.
4. No âmbito da gestão dos riscos de corrupção e infracções conexas, é de fundamental relevância definir também o grau de responsabilidade de cada interveniente na respectiva administração, nos termos da lei.
5. O *Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC)* considera, no início da sua actividade, que o primeiro passo para contribuir para prevenir a corrupção e infracções conexas consiste no levantamento da situação neste domínio, nomeadamente nas áreas da contratação pública e da concessão de benefícios públicos, o que se baseia em princípios e normas do ordenamento jurídico em vigor, incluindo a *Convenção contra a Corrupção*, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 31-10-2003 – aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 47/2007, de 21 de Setembro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 97/2007, de 21 de Setembro (DR, II Série, n.º 183, de 21-09-2007).

Qu
aw
500
my



Conselho de Prevenção da Corrupção

6. Com base na informação recolhida, pretende o *CPC*, no âmbito das suas competências, dar a sequência que for entendida como adequada.

Nestes termos, tendo o presente o disposto na Lei n.º 54/08, de 4 de Setembro, o *Conselho de Prevenção da Corrupção*, em reunião de 04 de Março de 2009, delibera:

- a) Reconhecer a necessidade de as entidades, serviços e organismos gestores de dinheiros, valores ou património públicos, seja qual for a sua natureza, adoptarem medidas de identificação dos riscos de corrupção, com indicação das medidas preventivas da sua ocorrência e a definição dos responsáveis pela sua aplicação;
- b) Aprovar o questionário em anexo à presente deliberação, destinado a servir de guia na avaliação dos riscos nas áreas da contratação pública e da concessão de benefícios públicos;
- c) Solicitar a todos os Dirigentes máximos dos Serviços e Organismos da Administração Pública Central e Regional, directa e indirecta, bem como a todos os Municípios que, tendo presente o dever de colaboração previsto no art.º 9.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, procedam ao seu preenchimento por via electrónica, no prazo de 30 dias.
- d) Solicitar às Secretarias-Gerais e Inspeções-Gerais do Ministérios que colaborem no controlo da execução da presente deliberação por parte dos Serviços e Organismos compreendidos nos Ministérios respectivos.

Publique-se na INTERNET

Lisboa, 4 de Março de 2009

Anexo: QUESTIONÁRIO

Guilherme d'Oliveira Martins

(Conselheiro Presidente do TC e do CPC)



Conselho de Prevenção da Corrupção

José F.F. Tavares

(Director-Geral do TC/Secretário-Geral)

José Maria Teixeira Leite Martins

(Inspector-Geral de Finanças)

António Flores de Andrade

(Inspector-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

Orlando dos Santos Nascimento

(Inspector-Geral da Administração Local)

Alberto Esteves Remédio

(Procurador-Geral Adjunto)

João Loff Barreto

(Advogado)

José da Silva Lopes

(Economista)



Conselho de Prevenção da Corrupção

QUESTIONÁRIO SOBRE AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS

PARTE I

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS / EMPREITADAS

A. Identificação da entidade

A1. Denominação

A2. Natureza e regime jurídico

A3. Missão/Objecto

A3. Endereço

A4. Telefone

A5. E-mail



Conselho de Prevenção da Corrupção

B. Questionário

B1. Avaliação das necessidades e planeamento da contratação

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
1. Existe um sistema estruturado de avaliação das necessidades da entidade?				
1.1 Caso exista:				
a) O sistema está regulado por escrito?				Está publicado?
b) O sistema funciona de modo uniforme para todos os casos?				
1.2. Caso ainda não exista, o sistema está a ser estudado?				
2. No âmbito do processo de avaliação das necessidades da entidade, que justificam cada aquisição/empreitada, é ponderado, designadamente:				Qual o serviço/departamento responsável por essa avaliação?
2.1. Se a aquisição/empreitada visa substituir ou reforçar os recursos existentes ou atender a uma nova exigência da entidade?				Como se efectua essa avaliação?
2.2. Se não existem alternativas, quer através da utilização de recursos próprios, quer através do reforço das capacidades existentes?				Como se efectua essa avaliação?
2.3. Se a configuração e a quantidade dos bens e serviços a adquirir ou a natureza e dimensão da obra se adequam perfeitamente às necessidades da entidade?				Como se efectua essa avaliação?
3. É garantido que cada contratação está devidamente enquadrada, designadamente:				
a) Insere-se nas atribuições da entidade?				Quem verifica?
b) Está prevista no respectivo Plano de Actividades?				Quem verifica?
c) O investimento está coberto pelo				Quem verifica?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
respectivo Orçamento?				
4. É efectuada uma estimativa do custo dos bens/serviços a adquirir, tendo por base, designadamente:				
a) Estudos de mercado?				
b) Bases de dados internas com informação relevante sobre aquisições anteriores?				
5. No caso das empreitadas são efectuados estudos geotécnicos adequados para efeitos de elaboração dos respectivos projectos?				Existem critérios internos que determinem e delimitem a realização e a dimensão de tais estudos? Quem decide a sua realização? Quem realiza esses estudos?
6. É planeado com a devida antecedência o processo de aquisição ou de empreitada de molde a assegurar prazos razoáveis para cada etapa do procedimento pré-contratual e para a execução do contrato, designadamente:				Existem instruções/procedimentos escritos que regulem os procedimentos de planeamento?
a) É elaborada uma previsão de todas as fases do concurso, e os seus possíveis incidentes, com base em estimativas fundamentadas?				De que forma?
b) É verificado se os fundos financeiros adstritos à aquisição/empreitada estão efectivamente disponíveis?				De que forma?
c) São avaliadas as circunstâncias que poderão vir a ter impacto no contrato, designadamente em termos de variações de custos e de prazos de execução?				De que forma?
7. No caso dos grandes projectos ou dos que revestem especial complexidade e/ou sensibilidade, são adoptadas medidas excepcionais de planeamento, tendo em vista minimizar os riscos acrescidos dos mesmos,				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
designadamente:				
a) É procurado um aconselhamento especializado junto de peritos técnicos, para avaliação dos custos e benefícios do projecto?				Em caso afirmativo, quais?
b) É solicitada a revisão e/ou certificação escrita do projecto, nas suas várias vertentes (v.g. técnica, ambiental, social, económica)?				Quais as pessoas/serviços ou organismos que realizam essa revisão e/ou certificação?
8. São definidas previamente e de forma clara as responsabilidades de cada um dos intervenores no processo de aquisição de bens e de serviços e nas empreitadas, nas suas diversas fases?				Informalmente ou por escrito?

Comentários:

Sugestões:

B2. Procedimentos pré-contratuais

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
1. A entidade recorre a especialistas externos para preparação de projectos e cadernos de encargos?				
2. O recurso a tais especialistas fundamenta-se, designadamente:				
a) Na falta de recursos próprios?				
b) Para garantir um substancial e notório aumento da qualidade do projecto?				
3. Tal solução externa é justificada?				
a) Informalmente?				
b) Formalmente?				Despacho, ordem de serviço, etc.
4. A selecção e a contratação desses				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
especialistas externos são feitas habitualmente:				
a) Mediante concurso público?				
b) Por ajuste directo?				
5. Está fixado internamente qual o departamento/serviço responsável pela selecção e a contratação desses especialistas?				Identificar o serviço/departamento responsável e documento interno que atribui essa competência.
6. Existe um sistema de controlo interno estruturado, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais, nomeadamente:				
a) Que a entidade que autorizou a abertura do procedimento dispõe de competência para o efeito?				Quem verifica?
b) Que a modalidade escolhida se encontra em conformidade com os preceitos legais?				Quem verifica?
c) Que no caso em que se adoptem procedimentos não concorrenciais com base em critérios materiais (v.g. ajuste directo tendo por fundamento a urgência imperiosa ou por motivos de aptidão técnica ou artística), os mesmos são rigorosamente justificados baseando-se em dados objectivos e devidamente documentados?				Quem verifica? Qual a documentação recolhida para efeitos respectiva fundamentação?
d) Que caso o concurso esteja sujeito a publicação de anúncio, este é publicado nos termos da lei e com as menções indispensáveis constantes dos modelos aplicáveis?				Quem verifica?
e) Que o conteúdo do programa de procedimento ou o convite à apresentação de propostas está em consonância com os preceitos legais?				Quem verifica?
f) Que as especificações técnicas fixadas no caderno de encargos se				Quem verifica?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
adequam à natureza das prestações objecto do contrato a celebrar?				
g) Que tais requisitos não determinam o afastamento de grande parte dos potenciais concorrentes, mediante a imposição de condições inusuais ou demasiado exigentes e/ou restritivas?				Quem verifica?
h) Que as cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos são claras, completas e não discriminatórias (não favorecendo, designadamente, a aquisição de um determinado produto através da especificação de marcas ou denominações comerciais)?				Quem verifica?
i) Que é garantida a prestação atempada dos esclarecimentos, tidos por pertinentes, aos potenciais concorrentes que os solicitem, assegurando-se que tais respostas são amplamente divulgadas e partilhadas por todos os interessados?				Quem é responsável pela prestação desses esclarecimentos?
j) Que os critérios de avaliação das propostas (assim como os factores e subfactores que densificam os mesmos) têm um carácter objectivo e baseiam-se em dados quantificáveis e comparáveis?				Quem escolhe e como se determinam os critérios de avaliação a adoptar em cada concurso?
k) Que os referidos critérios, factores e subfactores de avaliação das propostas vêm enunciados de uma forma clara e suficientemente pormenorizada no respectivo programa procedimento ou do convite?				Quem verifica?
l) Que a escolha dos critérios, factores e subfactores de avaliação das				Quem verifica?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
propostas, assim como a sua ponderação relativa, adequam-se à natureza e aos objectivos específicos de cada aquisição em concreto (por exemplo, no caso de aquisição de produtos de carácter "standardizado", o critério "preço" assume um peso preponderante)?				
m) Que os ditos critérios, factores e subfactores e grelhas de avaliação, são definidos antes de conhecidos os candidatos?				Quem verifica?
n) Que as propostas foram apresentadas dentro do prazo fixado?				Quem verifica?
o) Que não se verificam situações de impedimento na composição do "júris de procedimento"?				Quem verifica?
p) Que os concorrentes não estão impedidos de participar em concursos públicos?				Quem verifica?
q) Que quem participou, directa ou indirectamente, na preparação e elaboração das peças dos procedimentos não apresentou propostas nem se encontra relacionada com qualquer concorrente?				Quem verifica e qual os meios utilizados nessa avaliação?
r) Que o preço das propostas é avaliado por referência a parâmetros objectivos, os quais permitem aferir da respectiva razoabilidade (por exemplo, o valor estimado do contrato, o preço pago em aquisições anteriores e o preço médio de mercado para bens/serviços e obras similares)?				Quem verifica? Especificar os parâmetros de avaliação utilizados
s) Que os concorrentes foram devidamente ouvidos sobre o				Quem é responsável por este procedimento?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
projecto de decisão/proposta de adjudicação, ou, em caso de dispensa desta formalidade, se estavam preenchidos respectivos requisitos?				
t) Que os concorrentes preteridos foram notificados nos termos legais sobre a decisão de adjudicação?				Quem é responsável por este procedimento?

Comentários:

.....
.....

Sugestões:

.....
.....

B3. Celebração e execução do contrato

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
1. Os contratos (assim como as respectivas minutas e eventuais anexos) são negociados/ redigidos pelos serviços internos da entidade?				Indicar as habilitações do pessoal responsável. Em caso de recurso a entidades externas, como se efectua a respectiva contratação?
2. Sendo a redacção e/ou negociação dos contratos confiada a gabinetes especializados externos, é exigido previamente				
a) Que declarem, por escrito que eles (ou as sociedades a que pertencem), não têm quaisquer interesses ou relações profissionais com as adjudicatárias ou empresas do mesmo consórcio ou grupo económico?				
b) Que comprovem que a sua responsabilidade profissional está devidamente coberta por seguro profissional?				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
3. Existem mecanismos de controlo interno que garantam que o contrato celebrado cumpre as seguintes condições:				
a) Que as suas cláusulas são legais?				Quem verifica?
b) Que existe uma correspondência perfeita entre as cláusulas contratuais e o estabelecido nas peças do respectivo concurso?				Quem verifica?
c) Que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões que possam implicar, designadamente, o agravamento dos custos contratuais ou o adiamento dos prazos de execução?				Quem verifica?
d) Que prevejam e regulem com rigor as situações de eventual falta de licenças ou autorizações fundamentais para a execução do contrato?				Quem verifica?
e) Que prevejam e regulem com o devido rigor a eventual ocorrência de “trabalhos e serviços a mais” e de “erros e omissões”?				Quem verifica?
f) Que no caso da aquisição de bens, o prazo estabelecido para a vigência do contrato (incluindo as suas eventuais prorrogações) não excede os 3 anos, salvo nas situações legalmente previstas?				Quem verifica?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
4. Após a celebração do contrato é garantida a inexistência de adendas, alterações ao contrato ou prorrogações do mesmo, salvo nas condições legalmente previstas?				Quem verifica?
5. No caso das empreitadas, caso existam "trabalhos a mais" é verificado:				
a) Se os trabalhos adicionais respeitam a "obras novas" e se foram observados os pressupostos legalmente previstos para a sua existência, designadamente:				Quem verifica?
aa) Que a circunstância que lhes deu origem tem uma "natureza imprevista"?				Qual a documentação recolhida para efeitos da comprovação dessa circunstância?
ab) Que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra?				Qual a documentação recolhida para efeitos da respectiva comprovação?
b) Se o montante total de "trabalhos a mais" não ultrapassa os limites quantitativos estabelecidos na lei?				Quem verifica?
c) Se o contrato de trabalhos a mais foi formalizado por escrito?				Quem verifica?
6. No caso das aquisições de serviços, e caso existam "serviços a mais", é verificado:				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
a) Se os serviços a mais são justificados pela ocorrência de uma "circunstância imprevista"?				Quem verifica? Qual a documentação recolhida para efeitos da comprovação dessa circunstância?
b) Se esses serviços não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objecto do contrato sem inconvenientes graves para a entidade adjudicante, ou ainda que separáveis sejam necessários à conclusão do objecto contratual?				Quem verifica? Qual a documentação recolhida para efeitos da respectiva comprovação?
c) Se o montante de serviços a mais não ultrapassa os limites quantitativos estabelecidos na lei?				Quem verifica? Qual o sistema adoptado para efectivar esse controlo?
7. No caso das aquisições de bens, a execução do contrato, e tendo em conta as suas eventuais prorrogações, não ultrapassa o limite legal estabelecido (de 3 anos)?				Quem verifica?
8. No caso empreitadas, é garantido que a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões não excede os limites quantitativos estabelecidos na lei?				Quem verifica? Qual o sistema adoptado para efectivar esse controlo?
9. A boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços/empregados é supervisionada de perto pela entidade adjudicante, implicando, nomeadamente:				Existem normas internas sobre esta matéria?
a) O acompanhamento e avaliação regular do desempenho do contratante de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos no contrato e documentos anexos, designadamente:				Quem é responsável por esse acompanhamento/ avaliação e qual o serviço a que pertence? No caso de recurso a entidades externas, como se procede à respectiva contratação?
aa) São elaborados relatórios de acompanhamento e/ou de avaliação do desempenho				Quem elabora esses relatórios?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
do fornecedor/prestador de serviços/empreiteiro?				
ab) Em caso afirmativo, existe um modelo <i>standard</i> de elaboração dos relatórios?				
ac) Está estabelecida uma periodicidade para elaboração desses relatórios?				Na afirmativa, qual é?
b) O controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados?				Quem é o responsável?
c) A calendarização sistemática e a sinalização regular à direcção da entidade adjudicante quanto aos prazos contratuais com maior relevância?				Quem é o responsável?
d) O envio de advertências, em devido tempo ao fornecedor/prestador de serviços/empreiteiro assim como aos responsáveis da entidade adjudicante, logo que se detectem situações irregulares e/ou de derrapagem de custos e de prazos contratuais?				Quem é o responsável? As advertências são registadas?
e) Sempre que possível, a realização de ensaios e/ou controlo de qualidade aos bens serviços adquiridos/obra executada, previamente à sua aceitação.				Quem é responsável?
10. A emissão da ordem de pagamento é apenas efectuada após a inspecção e a certificação da quantidade e qualidade dos bens e serviços adquiridos assim como da medição dos trabalhos e da vistoria da obra e depois da apresentação da respectiva factura por parte do fornecedor/prestador de serviços/empreiteiro?				Quem verifica?
11. A inspecção e/ou avaliação da				Identificar esses funcionários (serviço a que pertencem)?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, é efectuada, pelo menos, por dois funcionários?				
12. No caso das empreitadas, a medição dos trabalhos é realizada mediante recursos próprios?				Identificar os funcionários que realizam a fiscalização (serviço a que pertencem?) No caso de recurso a entidades externas, como se procede à respectiva contratação?

Comentários:

Sugestões:

B4. Controlo interno

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
1. Existe independência funcional entre os diversos departamentos/unidades responsáveis pelas etapas fundamentais do processo de aquisição de bens e serviços?				Identificar os serviços/ pessoas responsáveis pelas diferentes etapas
2. Como é garantida tal independência, designadamente nos seguintes aspectos ou etapas:				
a) Controlo e definição das necessidades?				
b) Lançamento do concurso e proposta de adjudicação?				
c) Decisão de adjudicação?				
d) Aplicação ou perdão de multas?				
e) Apuramento de trabalhos a mais ou a menos?				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
f) Prorrogação ou dilatação de prazos?				
g) Certificação da recepção dos bens e serviços?				
h) Realização dos pagamentos?				
i) Aceitação, alteração, redução, substituição ou dispensa de garantias?				
3. Estão previstas e reguladas medidas internas para evitar conflitos de interesses, que possam pôr em causa a transparência dos procedimentos pré-contratuais designadamente:				Essas medidas correspondem a normas internas escritas?
a) São obtidas as declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de aquisição?				
b) Esses funcionários receberam formação adequada sobre o modo de proceder caso ocorram situações de conflito de interesses?				Na afirmativa, especificar a tipologia e a duração dessa formação.
4. Existem mecanismos internos de controlo que permitam detectar situações indiciadoras de conluio entre concorrentes e de eventual corrupção de funcionários?				Na afirmativa quais?
5. Existem normas e procedimentos internos, ou outros mecanismos de gestão e controlo, que permitam prevenir e tratar de forma adequada e eficiente, as situações de comprovada corrupção de funcionários e/ou titulares de órgãos da entidade?				Na afirmativa quais?
6. Existem mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo injustificado por um determinado fornecedor ou prestador de serviços?				Na afirmativa quais?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
7. No âmbito dos mecanismos de gestão e controlo previstos nos anteriores n.ºs 3, 4 e 5, foi detectada alguma situação que tivesse justificado a instauração de algum procedimento disciplinar e/ou criminal?				Na afirmativa, quais as diligências efectuadas?
8. É efectuada uma avaliação (e eventual quantificação) "à posteriori" do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços e adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empregados?				
9. Quem realiza as referidas avaliações pós-projecto:				
a) Pessoal envolvido nas fases anteriores do procedimento de contratação?				
b) Pessoal diverso do que interveio no processo de contratação?				
10. Do trabalho de avaliação e revisão das contratações já efectuadas são retiradas lições e eventuais orientações gerais com efeitos directos em contratações posteriores?				Em caso afirmativo, de que forma?
11. É realizada regularmente a análise da informação recolhida para identificar eventuais lacunas ou vulnerabilidades do sistema à fraude e à corrupção, nomeadamente no domínio:				
a) Da legislação?				
b) Da regulamentação interna?				
c) Dos contratos habitualmente utilizados?				
d) Dos sistemas de gestão ou controlo internos usados?				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
12. Com base nessas análises, são elaboradas recomendações escritas aos serviços a fim de evitar as lacunas identificadas ou para reforçar a imunidade à fraude e à corrupção?				
13. Os resultados dessa análise são publicados?				
14. Tais análises e recomendações são divulgadas?				Como?
15. Todos os funcionários da entidade adjudicante, tendo conhecimento de que o serviço pratica uma política de tolerância zero em relação aos casos de corrupção passiva interna, são expressamente informados por escrito:				
a) Que deverão denunciar ao Ministério Público, e fornecer a respectiva prova, todos os factos de que tomem conhecimento que levem à suspeita de fraude, de corrupção, ou de qualquer outra actividade ilegal lesiva dos interesses financeiros do Estado ou da União Europeia?				Por que meio?
b) Que a eventual omissão do dever de denuncia ou participação pode gerar responsabilidade disciplinar e, ou penal?				Por que meio?
c) Que os funcionários que procedam conforme em b) têm a garantia de que não serão, de modo algum, sujeitos a retaliação, ou a tratamento não equitativo ou discriminatório, em consequência das informações fornecidas?				Por que meio?
16. Foi ministrada formação específica sobre:				
a) Código dos Contratos Públicos?				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
b) Decreto-Lei nº 34/2009 (medidas excepcionais)?				

Comentários:

Sugestões:

B5. Avaliação do cumprimento dos contratos (celebrados nos últimos 3 anos)

1. Empreitadas

Montante global das empreitadas adjudicadas.	
Identificação dos 3 procedimentos de adjudicação mais utilizados (indicando o peso percentual dos mesmos).	
Identificação das 10 empreitadas de maior valor adjudicado (com indicação do montante de adjudicação, do procedimento pré-contratual adoptado e do adjudicatário).	
Identificação dos 5 maiores adjudicatários (tendo como referência os montantes adjudicados).	
Desvio entre o montante adjudicado e executado na 10 empreitadas de maior valor (identificando a causa desses desvios).	
Desvio temporal entre previsto contratualmente e o executado nas 10 empreitadas de maior valor (identificando a causa desses desvios).	

2. Aquisição de bens e serviços



Conselho de Prevenção da Corrupção

Montante global das aquisições de bens e serviços adjudicadas.	
Identificação dos 3 procedimentos de adjudicação mais utilizados (indicando o peso percentual dos mesmos).	
Identificação das 10 aquisições de bens e/ou serviços de maior valor adjudicado (com indicação do montante de adjudicação, do procedimento pré-contratual adoptado e do adjudicatário).	
Identificação dos 5 maiores adjudicatários (tendo como referência os montantes adjudicados).	
Desvio entre o montante adjudicado e executado nas 10 aquisições de maior valor (identificando a causa desses desvios).	

Observações:

.....
.....
.....

Sugestões:

.....



PARTE II
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS

C. Questionário

C1. Tipo de benefício

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
Qual o tipo de benefício concedido pela entidade:				
a) Subsídio				
b) Subvenção				
c) Bonificação				
d) Ajuda				
e) Incentivo ou donativo				
f) Outros				Qual?

C2. Procedimentos formais

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
É constituído Processo?				
Se SIM, indicar como se encontra:				
a) Em suporte papel?				
b) Em suporte Informático?				
c) Cronologicamente organizado?				
d) Identificado o responsável pelo processo?				
e) Identificados os intervenientes que nele praticaram os actos?				

C3. Iniciativa do benefício

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
A atribuição do benefício decorre:				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
a) Da apresentação de um pedido formal?				
b) Da iniciativa da entidade concedente?				

C4. Decisão de atribuição do benefício

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
1. A atribuição do benefício é efectuada por:				
a) Órgão colegial				Qual?
b) Órgão singular				Qual?
2. Na decisão adoptada encontra-se evidenciado que o beneficiário cumpre:				
a) Conjunto de normas que regulam a sua actividade (vg. legalidade da constituição, existência de alvarás e outros licenciamentos)				
b) Obrigações fiscais				
c) Contribuições para a segurança social				
d) Princípios Fundamentais da Constituição da República Portuguesa.				
Se SIM indique quais os Princípios:				
➤ Igualdade;				
➤ Proporcionalidade				
➤ Liberdade de Religião e Culto				
➤ De Associação				
➤ Participação na eleição dos seus órgãos relativamente ao universo de cidadãos, susceptíveis de beneficiarem dessa actividade				
➤ Outros				Quais?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
<p>3. A decisão encontra-se fundamentada? Se SIM</p> <p>Essa fundamentação é suficiente, nomeadamente indicando as normas que lhe conferem competências e/ou atribuições para a concessão?</p> <p>Se NÃO</p> <p>Existem outros elementos que possam ter fundamentado a decisão?</p>				
				Quais?
<p>4. A decisão tomada respeita os princípios constitucionais de:</p> <p>a) Salvaguarda do interesse público</p> <p>b) Igualdade</p> <p>c) Proporcionalidade</p> <p>d) Livre concorrência</p> <p>e) Outros</p>				
				Quais?
<p>5. Todos os pedidos formulados por entidades ou cidadãos são apreciados no mesmo acto decisório?</p> <p>ou</p> <p>São apreciados em actos temporalmente sucessivos?</p>				
<p>6. A decisão adoptada observa o quadro regulamentar pré-estabelecido pela entidade concedente que regula os procedimentos e os critérios de adjudicação?</p> <p>Se SIM, este quadro é objecto de:</p> <p>a) Publicação no DR</p> <p>a) Sítio da Internet</p> <p>b) Imprensa nacional/local</p>				
				Qual?



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
7. A decisão tomada é objecto de publicação?				
Se SIM, ocorre em:				
a) Diário da República				
b) Sítio da Internet				
c) Imprensa nacional e local				Qual?
8. A decisão emitida especifica os termos em que o beneficiário se compromete a prosseguir a sua actividade em resultado do benefício concedido?				
Se SIM, esses termos são objecto de:				
a) Contrato				
b) Protocolo				
c) Compromisso				
d) Outro				Qual?
9. Os instrumentos assinalados no ponto anterior apresentam:				
a) Data anterior à decisão				
b) Data coincidente com a da decisão				
c) Data posterior à decisão				
10. A decisão fixa as condições e as normas aplicáveis, bem como as consequências do incumprimento ou do cumprimento defeituoso por parte do beneficiário?				
Se SIM, aquelas estabelecem:				
a) A obrigação de devolução da quantia entregue ou do benefício recebido;				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
b) A extensão dessa obrigação em regime de solidariedade, aos membros que integram os órgãos executivos e deliberativos do beneficiário.				

C5. Controlo interno

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
1. A entidade concedente estabelece, aquando da decisão, o modo e o tempo de verificação/apreciação: a) Do compromisso assumido pela entidade beneficiária? b) Do Relatório da entidade fiscalizadora?				
2. A verificação pela entidade fiscalizadora incide sobre o período temporal e de gestão do benefício?				
3. Está evidenciado que a fiscalização é exercida por entidade com competência técnica na área da actividade em causa?				
4. Está assegurado, em termos susceptíveis de conferir isenção ao acto de fiscalização, que a entidade fiscalizadora: a) Não está subordinada hierarquicamente a qualquer das entidades envolvidas no processo de concessão do benefício? b) Não se encontra relacionada com tais entidades, em termos: ➤ Familiares ➤ Pessoais ou funcionais ➤ De dependência ➤ De confluência ou concorrência de interesses económicos ou outros.				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
5. São obtidas as declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão do benefício?				
6. Existe evidência de que foi objecto do acto de fiscalização a verificação de que as entidades concedentes do benefício não receberam qualquer contrapartida?				
7. Existem mecanismos internos de controlo que permitam detectar situações indiciadoras de conluio entre os intervenientes no processo de concessão do benefício e de eventual corrupção entre os mesmos?				
8. Existem normas e procedimentos internos, ou outros mecanismos de gestão e controlo, que permitam prevenir e tratar de forma adequada e eficiente, as situações de comprovada corrupção de funcionários e/ou titulares de órgãos das entidades envolvidas no processo?				
9. Existem mecanismos de controlo interno que permitam despistar situações de favoritismo injustificado por um determinado beneficiário?				
10. Nos casos aplicáveis, a decisão de concessão do benefício e a apreciação e aprovação do Relatório da entidade fiscalizadora ocorrem em sessão aberta ao público?				



Conselho de Prevenção da Corrupção

Questões	SIM	NÃO	N/A	Observações
11. O acto de verificação e aprovação do Relatório da entidade fiscalizadora é publicitado?				
Se SIM, ocorre em:				
a) Diário da República				
b) Sítio da Internet				
c) Imprensa Nacional				Qual?
d) Imprensa Local				Qual?

Comentários:

.....
.....
.....

Sugestões:

.....
.....

O responsável:

Data:

Para qualquer esclarecimento é favor contactar:

Identificação

Telefone

E-mail

O Conselho de Prevenção da Corrupção agradece a colaboração prestada.



CONSELHO DE
**PREVENÇÃO DA
CORRUPÇÃO**



CONSELHO DE
**PREVENÇÃO DA
CORRUPÇÃO**

Av. da República, 65 | 1050-189 LISBOA

Telefones. +351 217945138 / 9

www.cpc.tcontas.pt